

FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ

CNPJ 57.538.696/0001-21

EXTRATOS DE CONTRATOS

UASG 927142; Processo de Compras nº. 167/2025; Contrato nº 7947 - Objeto: Aquisição de Ar Condicionado para os Laboratórios. Contratante: FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ - CNPJ nº 57.538.696/0001-21, Contratada: DENTECK.. - CNPJ Nº. 11.319.557/0005-30; item 01. Valor R\$ 30.168,64. Data da assinatura: 03/02/2026. Vigência: 12 meses. Fundamento Legal: Lei nº 14.133/2021.

Processo de Compras nº. 167/2025; Contrato nº 7949 - Objeto: Aquisição de Ar Condicionado para os Laboratórios. Contratante: FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ - CNPJ nº 57.538.696/0001-21, Contratada: DENTECK.. - CNPJ Nº. 11.319.557/0011-88; item 02. Valor R\$ 34.818,48. Data da assinatura: 03/02/2026. Vigência: 12 meses. Fundamento Legal: Lei nº 14.133/2021.

Processo de Compras nº. 145/2025; Contrato nº 7948 - Objeto: Aquisição de Café para Uso Institucional. Contratante: FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ - CNPJ nº 57.538.696/0001-21, Contratada: FORTPEL COMERCIO DE DESCARTEIS LTDA. - CNPJ Nº. 20.102.722/0001-64; item 01. Valor R\$ 52.784,00. Data da assinatura: 09/02/2025. Vigência: 12 meses. Fundamento Legal: Lei nº 14.133/2021. Santo André, 11 de março de 2026. RODRIGO CUTRI - Presidente

FUNDAÇÃO UNIRG**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 4/2026**

A Fundação UNIRG torna público que realizará licitação, na seguinte conformidade conforme Processo Administrativo Eletrônico - PAE nº: 260/2025 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 4/2026

Critério de Julgamento - MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: Registro de Preços para Futura, Eventual e Parcelada AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, destinados a assegurar a continuidade dos serviços assistenciais da Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h de Gurupi/TO, visando ao atendimento das demandas vinculadas ao Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 01/2025, celebrado entre a Fundação UnirG e o Município de Gurupi/TO, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, conforme quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e em seus Anexos.

Recebimento das propostas até: 25/03/2026 às 08:50 h (Horário de Brasília)

ABERTURA DA SESSÃO: 25/03/2026 às 9:00 h (Horário de Brasília)

LOCAL: Aplicativo no website: www.portaldecompraspublicas.com.br

Itens: Ampla Concorrência e Exclusivo para Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais - MEI.

A cópia do Edital poderá ser retirada no portal www.unirg.edu.br/unitransparencia, através do e-mail cpl@unirg.edu.br ou pelo telefone: (63) 3612-7723.

Gurupi-TO, 12 de março de 2026.

TELMA PEREIRA DE SOUSA MILHOMEM

Agente da Contratação/Pregoeira da Fundação UNIRG

GRUPO DOM BOSCO LTDA**AVISO DE REGISTRO DE DIPLOMAS**

Mantida: Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco - código 1885 / Mantenedora: Grupo Dom Bosco LTDA CNPJ da Mantenedora: 41.478.561/0001-88.

Para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC nº 1095, de 25 de outubro de 2018, esta instituição de Educação Superior informa que foram registrados 258 (duzentos e cinquenta e oito) diplomas no período de 16/01/2026 a 02/03/2026, nos seguintes livros de registro e sequência numérica: [livro 02/2025 - registros 2221 a 2478]

A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada em até vinte dias, no endereço <https://portal.undb.edu.br:/FrameHTML/Web/App/Edu/PortalEducativo/js/aluno/diploma/>

São Luís-MA, 2 de março de 2026.

MARIA CERES RODRIGUES MURAD

Reitora

INSTITUTO DE MEDICINA INTEGRAL PROFESSOR FERNANDO FIGUEIRA**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO****COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS Nº 13/2025**

Cotação Eletrônica de Preços nº 013/2025, Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes, CONVÊNIO N° 962425/2024 MS/IMIP

A Superintendente de Administração e Finanças do IMIP, no uso de suas atribuições HOMOLOGA o processo, tendo o seguinte resultado de julgamento de licitação, vencedores as empresas: Lote 01 - Empresa: NORDESTE MEDICAL, REPRESENTACAO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 48.146.804/0002-00, valor de R\$ 125.000,00. Lotes 02, 03, 04 e 05 - Empresa: SAFE SUPORTE A VIDA E COMERCIO INTERNACIONAL LTDA, CNPJ nº 08.675.394/0001-90, valores respectivamente de R\$ 195.000,00, R\$ 185.000,00, R\$ 185.000,00 e R\$ 179.000,00, total de R\$ 744.000,00. O valor total geral do certame perfaz a quantia de R\$ 863.970,00 (oitocentos e sessenta e três mil, novecentos e setenta reais)

Recife, 11 de março de 2026.

MARIA SILVIA FIGUEIRA VIDON

Superintendente de Administração e Finanças do IMIP

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ
CNPJ: 03.119.820/0001-95

BALANÇOS PATRIMONIAIS - LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO EM MILHARES DE REAIS

ATIVO	NOTA	2025	2024 (Reapresentado)
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	5.082.771	3.989.730
Recursos Vinculados a Convênio	5	19.708.876	36.976.642
Créditos a Receber	6	2.977.925	625.140
Estoque		51.541	18.800
TOTAL DO CIRCULANTE		27.821.113	41.610.312
NÃO CIRCULANTE			
Créditos Judiciais		58.153	44.339
Imobilizado	7	28.780.426	25.752.454
Intangível	8	141.148	90.846
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		28.979.727	25.887.639
TOTAL DO ATIVO		56.800.840	67.497.951
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores		37.412	186.449

Obrigações Sociais e Trabalhistas	9	2.148.191	2.145.915
Obrigações Tributárias		34.971	19.483
Outras Contas a Pagar	10	1.102.728	608.418
Obrigações Recursos Convênios	11	19.493.262	34.731.332
TOTAL DO CIRCULANTE NÃO CIRCULANTE		22.816.564	37.691.597
Outras Contas a Pagar (LP)		146.954	44.339
Investimento c/ Recursos Projetos	12	26.790.084	25.583.997
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE PATRIMÔNIO LÍQUIDO		26.937.038	23.628.336
Patrimônio Social	13	6.178.018	5.164.659
Superavit/(Deficit) Acumulado	13	869.220	1.013.359
TOTAL PATRIM. LÍQUIDO		7.047.238	6.178.018
TOTAL DO PASSIVO		56.800.840	67.497.951
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais			
		2025	2024 (Reapresentado)
Receita Operacional Líquida	15	47.925.020	41.645.548
Custo das Atividades	16	(35.637.437)	(30.920.438)
Superavit Bruto		12.287.583	10.725.110
Despesas Operacionais			
Despesas com Pessoal	17	(3.900.082)	(3.421.312)
Desp. Gerais e Administrativas	18	(7.122.101)	(5.655.512)
Despesas Tributárias	19	(1.080.549)	(1.065.996)
Outras Receitas e Despesas			
Doações e Patroc. recebidos	20	77.587	159.760
Alienação Bens do imobilizado	20	7.402	1.097
Outras Despesas	20	(1.384)	(150)
Superavit Antes Result Financ.		83.605	160.707
Receitas Financeiras	21	736.750	423.871
Despesas Financeiras	21	(135.986)	(153.509)
Resultado Financeiro Líquido		600.764	270.363
Superavit Líquido do Exercício		869.220	1.013.359
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais			
		2025	2024 (Reapresentado)
Superavit/(Deficit) do Exercício		869.220	1.013.359
Resultado Abrangente do Exercício		869.220	1.013.359

	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		Total
	Patrimônio Social	Superavit Acumulado	
SALDO EM 31/12/2022	5.228.881	(497.897)	4.730.984
Incorporação do Superavit ao Patrimônio Social	(497.897)	497.897	-
Superavit Líquido do Exercício	-	433.676	433.676
SALDO EM 31/12/2023	4.730.983	433.676	5.164.659
Incorporação do Superavit ao Patrimônio Social	433.676	(433.676)	-
Superavit Líquido do Exercício	-	1.013.359	1.013.359
SALDO EM 31/12/2024 (Reap.)	5.164.659	1.013.359	6.178.018
Incorporação do Superavit ao Patrimônio Social	1.013.359	(1.013.359)	-
Superavit Líquido do Exercício	-	869.220	869.220
SALDO EM 31/12/2025	6.178.018	869.220	7.047.238

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Método Indireto
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais.**

	2025	2024
Superavit Líquido do Exercício	869.220	1.013.565
Depreciação e Amortização	1.817.351	1.520.560
Baixas Imobilizado e Intangível	150.030	114.293
	2.836.601	2.648.418
Variação nos Ativos e Passivos Operacionais		
Recursos Vinculados Convênios	17.267.765	2.065.128
Créditos a Receber	(2.352.785)	648.535
Estoque	(32.740)	(18.800)
Créditos Judiciais	(13.814)	(11.468)
Fornecedores	(149.035)	71.978
Obrigações Soc. e Trabalhistas	2.276	459.034
Obrigações Tributárias	15.488	5.158
Outras Contas a Pagar	494.309	(371.708)
Obrigações Rec. de Convênios	(15.135.457)	(1.817.930)
Invest. c/ recursos dos projetos	3.206.089	11.468
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	3.302.096	1.041.394
Fluxo de Caixa Investimentos		
Aquisição de Imobilizado	(5.045.656)	(3.596.941)
Caixa Líquido das Atividades Investimentos	(5.045.656)	(3.596.941)
Aumento Líquido Caixa e Equivalente Caixa	1.093.041	92.871
Caixa e Equivalente Caixa em 1º de Janeiro	3.989.730	3.896.859
Caixa e Equivalente Caixa em 31 Dezembro	5.082.771	3.989.730
Aumento Líquido Caixa e Equivalente Caixa	1.093.041	92.871

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

João Valsecchi do Amaral
Diretor Geral
Emiliano Esterici Ramalho
Diretor Técnico Científico
Joycimara Rocha de S. Ferreira
Diretora Administrativa
Dávila Suelen Souza Correa
Diretora Manejo Desenvolvimento
Nizete de Lima Campelo
Contadora

**CRC/AM 010141/O-0
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

1. Contexto Operacional - O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS (o "Instituto") é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, legalmente constituída em 23 de abril de 1999, inscrita sob o CNPJ nº 03.119.820/0001-95,

devidamente qualificada como Organização Social (OS) através do decreto presidencial de 4 de junho de 1999, e estabelecida na Estrada do Bexiga, nº 2.584 - bairro Fonte Boa, município de Tefé, no estado do Amazonas.

Sua Missão é promover pesquisa científica sobre a biodiversidade, manejo e conservação dos recursos naturais da Amazônia de forma participativa e sustentável.



Para cumprir sua missão, o IDSM tem por objetivos

- Desenvolver, incentivar, coordenar, executar e administrar a realização de projetos que objetivem a conservação e, especialmente, a preservação de ecossistemas alagáveis;
- Promover o desenvolvimento sustentável em articulação com as populações locais;
- Arregimentar e gerir fundos econômicos e financeiros legais, provenientes de doações de indivíduos e/ou entidades nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, para o cumprimento da missão;
- Promover estudos e pesquisas sobre biodiversidade, conservação, manejo e o uso sustentável dos recursos naturais;
- Realizar pesquisa de natureza básica, aplicada e tecnológica nas áreas de sua competência e afins;
- Proporcionar e contribuir para o treinamento científico e tecnológico de recursos humanos para o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, nas áreas de sua competência e afins;
- Apoiar e cooperar com entidades públicas e/ou privadas, que tenham por objetivo a conservação e a preservação da biodiversidade;
- Desenvolver programas educacionais, priorizando as questões ambientais nos ecossistemas alagáveis da Amazônia;
- Promover eventos, cursos e treinamentos com temas relacionados a sua missão;
- Promover inovação em tecnologias sociais e sustentáveis.
- Disponibilizar apoio institucional às empresas intensivas em tecnologia através de acordos e convênios a serem firmados com instituições e entidades de ensino, pesquisa e desenvolvimento, notadamente no que se relacione com o acesso à informação, documentação, instalações laboratoriais e desenvolvimento de novos produtos ou processos;
- Experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito.

As normas e regulamentos do IDSM são definidos por seu conselho de administração, e as atividades da instituição são guiadas e acompanhadas por metas e prazos pactuados em contratos de gestão com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). O primeiro contrato de gestão, publicado no Diário Oficial da União no dia 23 de março de 2001, foi renovado em duas ocasiões, 2006 e 2010.

Outra renovação era prevista para junho de 2016, porém vinha sendo prorrogada desde então. Somente em 20/04/2021 foi assinado o novo contrato e publicado no DOU no dia 23/04/2021, com vigência até 2030.

Os recursos destinados ao custeio das atividades são providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI. Vide informações sobre a gestão financeira do referido contrato na Nota Explicativa nº 23.

Além dos recursos provenientes do contrato de gestão, o Instituto tem firmado contrato com outras instituições de fomento.

Em 2025 assinou dois convênios com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP para executar o projeto Pesquisa Socioambiental e Centro de Análise Integrada de Dados da Amazônia e o projeto Coleções Biológicas do Instituto Mamirauá: Uma Janela para a Biodiversidade da Amazônia.

Ainda em 2025 assinou com a Associação Conservação da Vida Silvestre - WCS, o convênio com o objetivo de implementar a Aliança das Águas da Amazônia, voltada à mobilização de conhecimentos e ações colaborativas para conservar a integridade e a conectividade dos ecossistemas de água doce da Amazônia e avançar na designação de 3 milhões de hectares de terras de florestas públicas não designadas.

Em 2024 assinou com a Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO o Projeto (EAP), "Fortalecendo processos de manejo participativo de recursos naturais para o desenvolvimento econômico sustentável, a conservação da biodiversidade e a manutenção de estoques de carbono em áreas alagáveis da Amazônia" (GEF7).

Em 2023 assinou contrato com o Fundo Vale para execução do projeto Fortalecimento da gestão de recursos pesqueiros para proteção e desenvolvimento territorial em unidades de conservação de uso sustentável da Amazônia Central.

Com o Comitê Olímpico Brasileiro-COB, assinou contrato de prestação de serviços de replantio, recuperação florestal e monitoramento da biodiversidade.

Desde 2018 o IDSM tem firmado convênio com a Fundação Gordon Moore, com o projeto Providence. Em 2024 assinou um novo contrato para, até 2027, garantir a conservação dos manguezais amazônicos e garantir a gestão efetiva de 14 áreas protegidas (392.000 ha) no

Salgado Paraense, desenvolvendo e implementando planos de gestão e uso público, e gerando conhecimento científico e informações de monitoramento da biodiversidade com

as contribuições de pessoas e líderes locais.

Ao final de 2022 foi celebrado novo acordo de subvenção com a finalidade de apoiar o desenvolvimento, expansão e adoção de uma rede de sistemas bioacústicos de gestão comunitária integrando a pesca em planície de inundação e florestas na bacia do rio Amazonas.

O Instituto Mamirauá ainda vem executando contratos assinados com o Institut de Recherche pour le Développement - IRD, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD através do (BRA/19/005 - Floresta+ Amazônia), com a FBB - Fundação Banco do Brasil, com o Conselho de Administração da Universidade Internacional da Flórida, entre outros.

O Instituto Mamirauá ainda vem executando contratos assinados com o Institut de Recherche pour le Développement - IRD, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD através do (BRA/19/005 - Floresta+ Amazônia), com a FBB - Fundação Banco do Brasil, com o Conselho de Administração da Universidade Internacional da Flórida, entre outros.

Para a obtenção de receitas próprias, além das contribuições e doações da sociedade civil, o Instituto promove atividades de ecoturismo, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades regionais e a inserção dos comunitários locais nas atividades e a geração de receitas próprias decorrentes dessas ações.

Mantém ainda, a Vitrine de Negócios Sustentáveis para divulgação dos produtos Mamirauá, artesanatos e produtos dos produtores das comunidades das Reservas Mamirauá e Amanã.

2. Base de Preparação

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis

adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A elaboração também observa a Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios de reconhecimento, mensuração, apresentação das demonstrações contábeis e requisitos mínimos de divulgação aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, conforme seu escopo e características institucionais.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no regime de competência, segundo o qual os efeitos das transações e outros eventos são reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

A Administração declara que as demonstrações contábeis representam adequadamente a posição patrimonial e financeira do Instituto, o desempenho de suas operações e os respectivos fluxos de caixa, e que as práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente entre os períodos apresentados.

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração em 12 de fevereiro de 2026.

2.2. Bases de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros não derivativos os quais são registrados com base no valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas a respeito das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas nº 7 - Determinação das vidas úteis dos bens do imobilizado e nº 11 - Obrigações com recursos de projetos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3. Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos Financeiros

i. Ativos Financeiros não Derivativos

O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos e créditos a receber.

ii. Passivos Financeiros não Derivativos

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações sociais e trabalhistas, obrigações tributárias, obrigações com recursos de projetos e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

Referem-se a caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c. Recursos Vinculados a Projetos

Também se referem a caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, entretanto são recursos vinculados aos projetos administrados pelo Instituto, somente disponíveis à medida que fluxos de caixa são necessários para sua execução, em conformidade com os respectivos convênios e contratos.

d. Créditos a Receber

Refere-se a adiantamentos concedidos para suprir despesas imediatas. São registrados no momento da saída dos recursos e a baixa ocorre quando há a prestação de contas mediante

documentação comprobatória. A administração do Instituto avaliou que não há riscos significativos de realização das contas a receber, não sendo necessária a constituição de provisão para devedores duvidosos.

e. Imobilizado

i. Reconhecimento e Mensuração

O imobilizado do Instituto inclui bens adquiridos com a finalidade de uso exclusivo para a execução dos projetos. Estes são classificados separadamente no ativo não circulante como "bens com restrição de uso".

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando houver. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de receitas no resultado.

ii. Custos Subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Instituto e que o seu custo pode ser medido de forma confiável.

O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear considerando às vidas úteis econômicas estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros

incorporados no ativo. Bens destinados exclusivamente para a execução de projetos não são depreciados pelo tempo de duração do respectivo projeto. Terrenos não são depreciados. Vide comentários adicionais na Nota Explicativa no 7.



iv. Obras em Andamento
O valor do ativo de obras em andamento é mensurado pelo custo incorrido, conforme o andamento da obra.

f. Intangível
Refere-se aos softwares adquiridos pelo Instituto, mensurados pelo custo histórico de aquisição, que vem sendo amortizado considerando a vida útil estimada desses ativos.

g. Redução ao Valor Recuperável (impairment)
Os valores contábeis dos ativos financeiros e não financeiros do Instituto são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Uma perda por *impairment* é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor, quando existentes, são reconhecidas no resultado.

A Administração não identificou qualquer situação que indique perda no valor recuperável dos ativos não financeiros. Desta forma, não foi necessário estimar o seu valor recuperável.

h. Benefícios a Empregados
Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

i. Obrigações com Recursos de Projetos
Os recursos de convênios, contratos e acordos que possuem destinação específica vinculada à execução de projetos são classificados, quando recebidos, no grupo "Obrigações com recursos de projetos", no passivo circulante, e, na medida de sua realização, são reconhecidos como receita em confronto com as despesas do mesmo período.

Os "Investimentos com recursos de projetos" referem-se aos bens registrados no ativo imobilizado, adquiridos com verbas de subvenções governamentais. O seu valor residual está registrado em conta do passivo não circulante, "Subvenções para investimento a amortizar", e, na medida das realizações por depreciações, passam a ser reconhecidos na receita do Instituto.

Os gastos indiretos do Instituto são alocados entre os projetos conforme previsto em cada convênio, contrato ou acordo, e sua representatividade. Os gastos são segregados por financiador, considerando a utilização de recursos humanos e materiais, não havendo transferência entre financiadores.

j. Provisões
Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões

são apuradas através dos descontos dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes dos impostos, se aplicável, que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros quando incorridos são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

k. Receita Operacional
As receitas das atividades decorrem, basicamente, do contrato de gestão firmado com o MCTI, bem como de outros recursos captados pelo Instituto. As receitas são registradas com base nas despesas incorridas nos projetos.

As receitas de serviços prestados com Ecoturismo e venda de produtos pela Loja de Artesanatos são reconhecidas no resultado com base na emissão da nota fiscal, ao final da prestação de serviço.

l. Receitas e Despesas Financeiras
As receitas financeiras abrangem, basicamente, juros oriundos de rendimentos de aplicações financeiras. As despesas financeiras decorrem de taxas bancárias e outros itens correlatos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

m. Determinação do Valor Justo
Diversas políticas e divulgações contábeis do Instituto exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos são apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação.

i. Aplicações Financeiras
O valor justo das aplicações financeiras de curto prazo é o próprio valor aplicado adicionado da remuneração do título até a data de apresentação pro rata temporis.

ii. Imobilizado
O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado

na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado

iii. Ativos Financeiros não Derivativos
O valor justo de ativos financeiros é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação, quando aplicável. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

iv. Passivos Financeiros não Derivativos
O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras, quando aplicável.

n. Isenções Fiscais
O Instituto é uma Entidade isenta do Imposto de Renda por ser uma sociedade civil sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída (Lei nº 9.532/97, art. 15).

Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

o. Ajustes de Exercícios Anteriores
Em janeiro de 2025, a Administração identificou erro de natureza imaterial relacionado ao reconhecimento de receita de convênio em exercício anterior, decorrente da não apropriação tempestiva de determinado valor à época de sua ocorrência.

Nos termos da NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, os erros de períodos anteriores devem ser corrigidos mediante reapresentação retrospectiva das demonstrações contábeis, salvo quando impraticável. Embora a Entidade esteja sujeita à Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de

Lucros, referida interpretação não disciplina de forma específica os procedimentos relativos à retificação de erros de exercícios anteriores, aplicando-se, portanto, de maneira complementar, as disposições da NBC TG 23. Dessa forma, foi reconhecido ajuste de exercícios anteriores no montante de R\$ 203,65, com os correspondentes reflexos no

Balço Patrimonial e na Demonstração do Resultado, mediante reapresentação das informações comparativas. Considerando a natureza e o valor envolvido, a Administração

concluiu que o referido ajuste não produziu impacto relevante na posição patrimonial e financeira, tampouco no desempenho das atividades da Entidade.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2025	2024 (Reapresentado)
Caixa	2.460	10.567
Bancos	158.121	28.815

	2025	2024 (Reapresentado)
Aplicações financeiras	4.922.190	3.950.948
	5.082.771	3.990.330

Os equivalentes de caixa são representados por aplicações financeiras de alta liquidez, que possuem risco insignificante de mudança de valor e prazo de resgate inferior a 90 dias a partir da data da aplicação. Essas aplicações estão classificadas ao custo amortizado, de acordo com a política contábil adotada pelo Instituto.

5. Recursos Vinculados a Projetos

	2025	2024 (Reapresentado)
Caixa	968	8.287
Bancos	278.199	882.821
Aplicações financeiras	19.429.709	36.085.533
	19.708.876	36.976.641

Composição por Projeto

	2025	2024 (Reapresentado)
Contrato Gestão - MCTI	10.810.007	19.853.084
Contrato Gestão -MCTI/FNDCT	1.618.018	5.963.198
Convênio Moore	4.401.582	6.194.929
Convênio GEF7	634.869	3.280.305
Convênio FINEP	582.862	-
Convênio WCS Moore	423.276	-
Convênio Lei de Informática	365.584	384.704
Convênio Flórida	260.715	185.578
Convênio Royal Society	136.574	-
Convênio Fundo Vale	133.224	43.424
Convênio COB	116.270	76.511
Convênio PNUD - Floresta +	81.012	465.336
Convênio Aquasis	60.488	84.001
Convênio STANFORD	50.923	42.442
Convênio IRD/jeai	22.744	11.215
Convênio GIZ	10.604	213.870
Convênio FBB	124	128.761
Outros Convênio	-	49.283
	19.708.876	36.976.641

Os recursos financeiros vinculados têm seu uso restrito à aplicação em projetos a que se destinam, conforme disposições contratuais.

Tanto no caso de recursos próprios quanto para os vinculados a projetos, os investimentos financeiros referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e fundos de renda fixa, remunerados a taxas médias de, aproximadamente, 0,96% ao mês. A Administração do Instituto adota política conservadora de gerenciamento de caixa, aplicando os recursos disponíveis em fundos de investimento financeiro indexados na poupança e CDB com resgate de curto prazo. As receitas provenientes dessas aplicações financeiras são reinvestidas nos próprios projetos.

6. Créditos a Receber
O saldo de Créditos a receber do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá é composto pelos seguintes valores:

Descrição	2025	2024
Adiantamentos a fornecedor	2.673.496	415.140
Recursos a Receber Contratos	175.934	-
Adiantamentos de viagens	70.456	57.121
Recursos de clientes	31.498	88.527
Seguros a apropriar	17.183	19.350
Créditos tributários	8.008	7.994
Adiantamentos a funcionários	1.350	37.008
	2.977.925	625.140

Os adiantamentos a fornecedores, funcionários e viagens referem-se a valores antecipados para a execução de atividades operacionais do Instituto, sendo posteriormente prestados contas conforme regulamentação interna. Os recursos de clientes representam valores a receber decorrentes de contratos firmados para a prestação de serviços ou parcerias institucionais.

Os seguros a apropriar correspondem a prêmios de seguros pagos antecipadamente, cuja apropriação ocorre conforme o período de vigência da apólice.

Os créditos tributários referem-se a valores recuperáveis de tributos, registrados conforme a legislação aplicável e passíveis de compensação futura.

7. Imobilizado

	Saldo em 31.12.2024	Adições	Baixa	Transf	Saldo em 31.12.2025
Custo					
Terrenos	10.000	-	-	-	10.000
Edificações	11.168.538	-	-	-	11.168.538
Instalações	674.248	-	-	-	674.248
Maq. e Equip	8.008.966	1.836.723	(18.576)	-	9.827.113
Equip. Inform.	3.778.061	951.012	(3.540)	-	4.725.533
Veículos	7.293.757	141.670	(96.900)	-	7.338.527
Móveis/Utensíli	2.623.858	982.135	(27.006)	-	3.578.987
Biblioteca	690.018	-	-	-	690.018
Benfeitorias	665.000	-	-	-	665.000
Imob. Andamto	4.417.627	1.034.295	(148.646)	-	5.303.276
	39.330.073	4.945.835	(294.668)	-	43.981.240
Depreciação Acumulada					
Edificações	(3.655.578)	(179.796)	-	-	(3.835.374)
Instalações	(415.593)	-	-	-	(438.930)
Máq. Equipam	(4.211.706)	(596.108)	18.500	-	(4.789.314)
Equip. Informát	(2.656.715)	(478.058)	3.540	-	(3.131.233)
Veículos	(768.164)	(285.057)	96.900	-	(956.321)
Móveis/Utensíl	(1.489.337)	(185.160)	25.698	-	(1.648.799)
Benfeitorias	(380.526)	(20.317)	-	-	(400.843)
	(13.577.619)	(1.767.833)	144.638	-	(15.200.814)
	25.752.454	3.178.002	(150.030)	-	28.780.426

Avaliação das Vidas Úteis Econômicas dos Bens do Imobilizado:
Em 2025, foi realizado o levantamento dos bens localizados nas bases flutuantes e nos laboratórios da sede do Instituto, com a finalidade de avaliar as condições atuais dos equipamentos instalados nesses ambientes. Verificou-se que o estado de conservação dos bens não apresentou alterações relevantes no período dos últimos doze meses.

Diante disso, a equipe responsável concluiu que os valores residuais permanecem compatíveis com as condições de conservação observadas. Assim, recomendou-se à Diretoria Administrativa a manutenção da taxa de depreciação definida no laudo de avaliação elaborado pela empresa Afíxcode.

8. Intangível

	Saldo em 31.12.2024	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2025
Direito Uso	549.164	99.821	-	648.985
Software	549.164	99.821	-	648.985
Amortização				
Direito Uso	(458.319)	(49.518)	-	(507.837)
Software	(458.319)	(49.518)	-	(507.837)
Intangível Líquido	90.845	50.303	-	141.148

9. Obrigações Sociais e Trabalhistas

As obrigações sociais e trabalhistas do Instituto Mamirauá são compostas pelos seguintes valores:

	2025	2024 (Reapresentado)
Férias a Pagar	(1.564.396)	(1.545.738)
INSS sobre férias	(445.404)	(433.517)
FGTS sobre férias	(124.785)	(123.395)
INSS sobre salários	(13.385)	(675)
Outros passivos	(221)	-
FGTS sobre folha	-	(42.589)
	(2.148.191)	(2.145.914)

As obrigações sociais e trabalhistas referem-se a encargos devido aos funcionários e órgãos governamentais, reconhecidos de acordo com os princípios contábeis aplicáveis e legislação trabalhista vigente.

As férias a pagar correspondem aos valores provisionados para os direitos adquiridos pelos colaboradores, incluindo os encargos incidentes, como INSS e FGTS sobre férias.

O FGTS sobre folha refere-se ao depósito obrigatório realizado pelo Instituto sobre períodos de descanso remunerado.

O INSS sobre salário representa a contribuição previdenciária devida sobre a folha de pagamento, calculada conforme as alíquotas estabelecidas pela legislação.

10. Outras Contas a Pagar

	2025	2024 (Reapresentado)
Antecipações de pacotes turísticos	(686.915)	(363.290)
Contas a pagar	(400.754)	(226.983)
Retenções de terceiros	(15.059)	(17.903)
Outas obrigações	-	(242)
	(1.102.728)	(608.418)

11. Obrigações com Recursos de Projetos

O Instituto mantém sob sua responsabilidade R\$ 19.493.262 de recursos recebidos a título de Contrato de Gestão com o MCTI e convênios com agências de fomento para aplicação em custeio, projetos de pesquisas e na melhoria de infraestrutura do Instituto, que ainda não foram executados. O Instituto mantém sob sua responsabilidade jurídica a aplicação correta destes convênios pelos seus valores totais.

	2025	2024 (Reapresentado)
Cont. de Gestão MCTI	(9.367.815)	(17.772.824)
C.G. MCTI/FNDCT	(1.686.031)	(6.102.554)
Convênio Moore	(4.382.112)	(6.179.318)
Convênio FINEP	(1.939.179)	-
Outros Convênios	(935.206)	(346.214)
Convênio FAO Brasil	(781.353)	(3.280.304)
Convênio BRISTOL	(121.934)	(161.736)
Convênio Fundo Vale	(108.433)	(33.470)
Convênio PNUD	(81.012)	(453.671)
Convênio Aquasis	(67.488)	(87.501)
Convênio JEAJ	(22.699)	(8.458)
Convênio GIZ	-	(199.828)
Convênio FBB	-	(105.249)
	(19.493.262)	(34.731.127)

Os saldos dos recursos recebidos através do Contrato de Gestão em 2025 serão destinados para compor a reserva técnica estabelecida e para continuidade das ações iniciadas em 2025. Os saldos dos demais convênios, são para dar continuidade nas atividades previstas em contratos.

12. Investimentos com Recursos de Projetos

Os investimentos com recursos de projetos (Passivo Não Circulante) referem-se aos bens registrados no imobilizado, adquiridos com verbas de subvenções governamentais e recursos de terceiros. O valor líquido desses bens em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 26.790.084 que se realiza através das depreciações, e serão reconhecidos como receita do Instituto ao longo do tempo.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Subv. p/ Invest. Amortizar	26.790.084	23.583.997
	26.790.084	23.583.997

13. Patrimônio Líquido

a. Patrimônio Social: O patrimônio social é composto pela incorporação de superávits e/ou déficits de cada exercício, após a devida aprovação pelos Conselhos de Administração e Diretor.

b. Superavit ou Deficit Acumulado: Refere-se ao superávit ou déficit do ano corrente. Após aprovação pelos Conselhos de Administração e Diretor, esses valores são incorporados ao "Patrimônio social" do Instituto para serem reinvestidos em ações sociais, conforme previsto em Estatuto.

14. Processos Judiciais e Contingências

O Instituto, atualmente, é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos, no valor de R\$ 9.506.509, com chances de perda possível, conforme relatório da assessoria jurídica nº 001/2025 - ASJUR-IDSM.

15. Receita Operacional Líquida

As receitas operacionais líquidas do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá são compostas pelos seguintes valores:

	2025	2024 (Reapresentado)
Subvenção do MCTI	34.254.497	32.463.819
Convênios	9.863.738	5.450.262
Ecoturismo	3.594.222	3.521.829
Outras Receitas	499.638	477.678
Deduções de vendas	(287.075)	(267.835)
	47.925.020	41.645.753

As receitas operacionais do Instituto são originadas de fontes que incluem a subvenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), que visa apoiar as atividades de desenvolvimento sustentável, e convênios firmados com outras entidades e governos para a execução de projetos e iniciativas específicas.

A receita proveniente do ecoturismo refere-se ao valor gerado por atividades turísticas sustentáveis realizadas em áreas de preservação, alinhadas aos objetivos de conservação ambiental do Instituto.

A dedução de vendas corresponde ao valor de impostos, devoluções ou descontos concedidos, conforme as normas fiscais aplicáveis, que reduzem as receitas brutas reconhecidas pelo Instituto.

As receitas operacionais líquidas são reconhecidas de acordo com os princípios contábeis e as diretrizes estabelecidas pelo Instituto, sendo monitoradas para garantir a precisão e a conformidade com a legislação vigente.

16. Custo das Atividades

Os custos das atividades do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá representam os recursos empregados na execução de seus projetos e operações, abrangendo despesas essenciais para a manutenção e desenvolvimento das ações institucionais.

	2025	2024 (Reapresentado)
Salários	(11.436.800)	(9.816.086)

Encargos sociais	(5.015.487)	(4.183.264)
Provisões	(2.533.291)	(3.367.660)
Materiais e bens	(5.095.148)	(4.282.092)
Serviços de terceiros	(5.235.004)	(4.584.503)
Diárias e passagens	(2.643.009)	(1.773.417)
Serviços auditoria/consultoria	(1.067.162)	(904.655)
Locações diversas	(953.869)	(684.690)
Custos com serviços - Ecoturismo	(937.245)	(765.419)
Utilidades e serviços	(420.825)	(443.424)
Outros custos	(299.596)	(115.228)
	(35.637.436)	(30.920.438)

Esses custos incluem salários e encargos sociais dos profissionais envolvidos, aquisição de materiais e bens necessários às atividades, bem como a contratação de serviços de terceiros, incluindo consultorias especializadas e auditorias.

Adicionalmente, há custos relacionados a diárias e passagens para deslocamentos em campo, locações diversas e serviços específicos para o funcionamento das iniciativas do Instituto, como infraestrutura, utilidades e apoio à gestão.

No âmbito do ecoturismo, são considerados os custos com serviços diretamente ligados à atividade, garantindo a viabilidade operacional e a qualidade da experiência oferecida.

Os custos são reconhecidos conforme sua realização e alinhados às normativas contábeis e regulatórias aplicáveis ao setor.

17. Despesas com Pessoal

As despesas com pessoal do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá são compostas pelos seguintes valores:

	2025	2024 (Reapresentado)
Salários e honorários	(2.185.148)	(1.915.983)
Encargos sociais	(931.971)	(741.247)
Despesa com 13º salário e férias	(526.716)	(460.344)
Benefícios	(196.270)	(193.291)
Encargos sociais sobre provisões	(59.977)	(110.447)
	(3.900.082)	(3.421.312)

Salários e honorários referem-se a valores pagos aos funcionários e prestadores de serviço contratados pelo Instituto.

Os Encargos sociais, são as contribuições obrigatórias incidentes sobre a folha de pagamento, incluindo INSS e FGTS.

Despesas com 13º salário e férias, valores referentes aos direitos trabalhistas dos colaboradores, reconhecidos conforme sua competência.

Benefícios: inclui auxílios concedidos aos funcionários, como alimentação, transporte, assistência médica e outros benefícios institucionais.

Encargos sociais sobre provisões, encargos calculados sobre provisões trabalhistas, como férias e 13º salário, garantindo a correta alocação dos custos ao longo do período contábil.

18. Despesas Gerais e Administrativas

	2025	2024 (Reapresentado)
Locações	(1.255.272)	(1.214.233)
Depreciação e amortização	(1.817.351)	(1.520.560)
Utilidades e serviços	(1.104.774)	(890.888)
Serviços de terceiros	(1.806.266)	(1.082.393)
Materiais e suprimentos	(988.748)	(872.014)
Diárias e passagens	(149.690)	(75.424)
	(7.122.101)	(5.655.512)

19. Despesas Tributárias

As despesas tributárias do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá referem-se a tributos e contribuições incidentes sobre receitas e serviços, sendo compostas pelos seguintes itens:

	2025	2024 (Reapresentado)
IR Exclusivo na fonte	(765.806)	(705.244)
COFINS S/ receita financeira	(158.628)	(143.167)
Outros impostos e taxas	(130.977)	(115.931)
INSS serv. terceiros	(24.386)	(69.776)
Multas fiscais	(752)	(31.877)
	(1.080.549)	(1.065.995)

20. Outras Receitas e Despesas

As outras receitas e despesas compreendem eventos não diretamente relacionados às atividades operacionais recorrentes do Instituto, registrados de forma eventual no exercício. Esses valores referem-se, principalmente, a doações e patrocínios não vinculados a projetos específicos, resultados na alienação de bens do ativo imobilizado e a outras despesas de natureza diversa.

As outras receitas e despesas compreendem eventos não diretamente relacionados às atividades operacionais recorrentes do Instituto, registrados de forma eventual no exercício. Esses valores referem-se, principalmente, a doações e patrocínios não vinculados a projetos específicos, resultados na alienação de bens do ativo imobilizado e a outras despesas de natureza diversa.

	2025	2024 (Reapresentado)
Doações recebidas	77.587	159.760
Alienações de bens do imobilizado	7.402	1.097
Outras despesas	(1.384)	(150)
	83.605	160.707

21. Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido compreende as receitas e despesas decorrentes da gestão de recursos financeiros da Entidade, incluindo, principalmente, rendimentos de aplicações financeiras, variações monetárias e encargos financeiros incidentes sobre obrigações financeiras.

A composição do resultado financeiro líquido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	2025	2024 (Reapresentado)
Receitas Financeiras		
Rendimentos s/ aplicações financeiras	674.994	399.321
Outras receitas financeiras	61.756	24.551
	736.750	423.872
Despesas Financeiras		
Despesas bancárias	(128.307)	(152.249)
Outras despesas financeiras	(7.679)	(1.260)
	(135.986)	(153.509)
	600.764	270.363

22. Instrumentos financeiros

Risco de crédito: O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2025	2024 (Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e bancos	4	5.082.771	3.989.730
Recursos vinculados projetos			
Fundo fixo	5	968	8.287



Bancos	5	278.199	882.821
Aplicações financeiras	5	19.429.709	36.085.533
Outras obrigações			
Obrigações recursos projetos	11	19.493.262	34.731.127

Em 31 de dezembro de 2025, o Instituto não tinha obrigações em moeda estrangeira.

23. Informações Sobre a Gestão Financeira do Contrato de Gestão - MCTI

1. Demonstrativo das Receitas e Despesas Relacionadas ao Contrato de Gestão

Ano	Saldo Inicial	MCTI	Aplic. Financeira	Desp. Líquida	Saldo Final
2021	20.581.921	15.881.372	559.284	(17.915.185)	19.107.392
2022	19.107.392	43.265.800	3.804.392	(27.948.289)	38.228.294
2023	38.228.294	23.098.927	3.904.068	(29.361.320)	35.869.969
2024	35.769.969	19.777.606	2.920.591	(32.378.575)	26.089.591
2025	26.089.591	19.717.096	2.235.203	(34.925.222)	13.116.668

Recursos Auferidos	2025	2024
Saldo inicial (01.01)	26.089.591	35.769.969
Recursos recebidos - MCTI	19.717.096	19.777.606
Receita financeira líquida	2.235.203	2.920.591
Total dos Recursos Auferidos	48.041.890	58.468.166
Despesas		
Pessoal	(20.410.626)	(18.277.705)
Custeio	(13.004.510)	(12.343.250)
Capital	(1.510.086)	(1.757.620)
Total das despesas	(34.925.222)	(32.378.575)
Saldo (31.12)	13.116.668	26.089.591

2. Saldos Contábeis das Contas Patrimoniais Vinculadas ao Contrato de Gestão

	2025	2024
No Ativo Circulante		
Recursos vinculados a projetos (Vide Nota Explicativa nº 5)	12.428.025	25.816.282
Recurso Aprovado do Contrato de Gestão	-	-
Créditos a receber - adiantamentos	688.643	273.309
	13.116.668	26.089.591
No Passivo Circulante		
Obrigações trabalhistas e sociais	(1.949.940)	(2.024.134)
Obrigações fiscais e tributárias	(7.042)	(6.353)
Obrigações circulação - Fornecedores	(91.119)	(169.793)
Obrigações em circulação - outras retenções	(14.722)	(13.727)
	(2.062.821)	(2.214.007)
	11.053.846	23.875.584

O valor de R\$ 11.053.845,81, apresentado acima, corresponde ao saldo do ativo circulante, deduzido das despesas provisionadas, relacionadas ao Contrato de Gestão, e ainda não pagas.

24. Cobertura de Seguros

O Instituto mantém política de contratação de seguros com o objetivo de proteger seus bens patrimoniais, suas operações e seu pessoal contra riscos considerados relevantes, de acordo com a natureza de suas atividades. As importâncias seguradas são avaliadas periodicamente, buscando garantir níveis adequados de cobertura para eventuais sinistros.

Em 31 de dezembro de 2025, as apólices vigentes totalizavam R\$ 35.004.316,93.

25. Eventos subsequentes

A Administração declara que, até a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis, não ocorreram eventos subsequentes que demandassem ajuste nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025, nos termos da NBC TG 24 - Eventos Subsequentes.

Ressalta-se que, no mês de janeiro de 2026, foram efetuadas baixas de adiantamentos referentes a saldos existentes em 31 de dezembro de 2025, em decorrência de sua regular liquidação no curso normal das operações da Entidade. Tais ocorrências caracterizam-se como eventos subsequentes que evidenciam condições surgidas após a data do balanço, não representando evidência de condições já existentes naquela data.

Em conformidade com a NBC TG 24, esses fatos foram classificados como eventos subsequentes não ajustáveis, uma vez que não alteram as estimativas ou condições existentes em 31 de dezembro de 2025, não tendo produzido impacto relevante na posição patrimonial e financeira ou no desempenho do Instituto.

26. Autorização Para Emissão das Demonstrações Contábeis

A Administração do Instituto examinou o conjunto completo das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e concluiu que as referidas Demonstrações traduzem com propriedade a posição patrimonial e financeira do Instituto De Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão do IDSM 2025 foram auditados pela empresa especializada em auditoria externa: BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. Os relatórios estão publicados na íntegra no endereço: <https://mamiraua.org.br/registros-contabeis>.

RESUMO DO RELATÓRIO DO IDSM 2025

O relatório de Gestão anual do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) apresenta as atividades realizadas pela instituição no exercício de 2025.

O IDSM tem por missão promover pesquisa científica sobre a biodiversidade, manejo e conservação dos recursos naturais da Amazônia de forma participativa e sustentável.

As atividades da instituição são guiadas e acompanhadas por metas e prazos pactuados em contratos de gestão com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). O primeiro contrato de gestão, publicado no Diário Oficial da União no dia 23 de março de 2001, foi renovado em duas ocasiões, 2006 e 2010.

Outra renovação era prevista para junho de 2016, porém vinha sendo prorrogada desde então. Somente em 20 de abril de 2021 foi assinado o novo contrato e publicado no Diário Oficial da União no dia 23 de abril de 2021, com vigência até 2030. Os recursos destinados ao custeio das atividades do IDSM são providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI

Os seis macroprocessos pactuados para a atuação institucional têm sua performance analisada por meio de 14 indicadores. As metas destes indicadores para 2025 estão apresentadas no Anexo I e o detalhamento do cálculo e das perspectivas de cada um encontra-se na memória técnica no Anexo II do Relatório de Gestão 2025.

O relatório está dividido em três partes, onde: a parte I relata sobre os Indicadores de Desempenho, a parte II trata sobre os Apêndices e Anexos e a parte III que trata das Informações Contábeis e Relatórios da Auditoria, e estão disponibilizados, na íntegra, no endereço: <https://mamiraua.org.br/relatorio-de-gestao>.

Ata da 107ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM-OS

Em sua 107ª Reunião Ordinária, realizada por meio de consulta eletrônica, via correio eletrônico, conforme norma estatutária, ocorrida entre os dias 23 a 27 de fevereiro de 2026, o Conselho de Administração do Instituto Mamirauá analisou e aprovou o Relatório Anual de Gestão de 2025 composto pelos seguintes volumes: Relatório Anual 2025 - Volume I; Relatório Anual 2025 - Volume II; Relatório Anual 2025 - Volume III. O Conselho manifestou-se positivamente pelo cumprimento das metas e indicadores de desempenho e

pelo parecer dos auditores externos, mostrando a razoabilidade dos gastos e as ações realizadas conforme definido pelo Contrato de Gestão firmado entre o Instituto Mamirauá e o MCTI

Por ser verdade assino e dou fé.

MARIA TEREZA FERNANDEZ PIEDADE
Presidente do CA

LIGA NORTE RIOGRANDENSE CONTRA O CÂNCER

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 19/2025. Órgão Gerenciador: Liga Norte Rio-grandense Contra o Câncer, situada a Av. Miguel Castro, 1355, Bairro Nossa Senhora de Nazaré, Natal/RN, CEP. 59062-000, tel: (84) 4009-7402, e-mail: licitacoes@liga.org.br. Convênio nº 979536/2025, Processo nº 25000.137436/2025-41, firmado entre o Ministério da Saúde e a LIGA. Fundamento legal: Pregão Eletrônico nº 19/2025 - Processo nº 19/2025. Preços Registrados: LOTE 01 - Equipamento: 1 (um) Aparelho de Anestesia com Monitor, marca Mindray, modelo WATO EX35, no valor de R\$ 103.095,00 (cento e três mil, noventa e cinco reais). Empresa: Safe Suporte à Vida e Comércio Internacional Ltda, CNPJ 08.675.394/0001-90; LOTE 02 - Equipamento: 3 (três) Bisturi Elétrico, marca Deltronix modelo Bisturi 300W, no valor unitário de R\$ 38.140,00 (trinta e oito mil, cento e quarenta reais), totalizando R\$ 114.420,00 (cento e quatorze mil, quatrocentos e vinte reais). Empresa: RJN Comércio de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Ltda, CNPJ 54.469.120/0001-61; LOTE 03 - Equipamento: 2 (dois) Camas Hospitalar Tipo Fowler Elétrica, marca RC Móveis, modelo RC 203-E, no valor unitário de R\$ 13.900,00 (treze mil e novecentos reais), totalizando R\$ 27.800,00 (vinte e sete mil e oitocentos reais). Empresa: RC Móveis e Equipamentos Hospitalares Ltda, CNPJ 02.377.937/0001-06; LOTE 04 - Equipamento: 1 (um) Carro Maca Simples, marca Unimoveis, modelo Inoxidável, no valor de R\$ 3.866,00 (três mil, oitocentos e sessenta e seis reais). Empresa: Lifefarma Comercial Distribuidora Produtos Hospitalar Ltda, CNPJ 06.281.452/0001-75; LOTE 05 - Equipamento: 4 (quatro) Monitores Multiparamétrico, marca Creative, modelo K12, no valor de unitário R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), totalizando R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais). Empresa: Cirúrgica São Felipe Produtos para Saúde Ltda, CNPJ 07.626.776/0001-60; LOTE 06 - Equipamento: 1 (um) Vídeo Laringoscópio, marca Hugemed, modelo VL3R, no valor de R\$ 11.785,00 (onze mil, setecentos e oitenta e cinco reais). Empresa: DPS Comércio de Materiais Hospitalares Ltda, CNPJ 32.473.099/0001-35. Vigência: Doze meses a contar da publicação no D.O.U. A Ata de Registro de Preços supracitada, na íntegra, encontra-se a disposição dos interessados no site: <https://ligacontraocancer.com.br/sobre/licitacoes/>

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação nº 12/2026

Contratante: Faculdades Católicas Contratada: KOCH ELETRON MICROSCOPY LTDA. Objeto: Aquisição de pinças para laboratório. Valor: R\$ 10.563,22. Fonte: FINEP nº 01.21.0110.02 - Ref. 0040/21. Fundamento legal: Artigo 74, Inciso I da Lei nº 14.133/2021.

S.A MOINHO DA BAHIA

CNPJ Nº 33.146.804/0001-52

AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da Associação dos Proprietários de Padaria da Bahia, Avenida Sete de Setembro, 202, Edf Adolpho Basbaum 8º andar Centro Salvador-Ba, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, de dezembro de 1976, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.303 de 31 de outubro de 2001, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Salvador, 9 de março de 2026.
FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA
MANUEL PENA CAL
WALTER VARELA LOPES FILHO
Diretores

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE

RESULTADO DE JULGAMENTO

Modalidade: Cotação Eletrônica de Preço nº. 001/2026 - Convênio nº. 989816/2025.

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições, divulga o resultado considerando o que consta nos autos do processo e da Ata de sessão pública. Tendo o seguinte resultado de julgamento de licitação:

LOTES 01 e 02 - SAFE SUPORTE À VIDA E COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA, respectivamente nos valores de R\$ 264.000,00 e R\$ 14.900,00, totalizando o montante de R\$ 278.900,00;

LOTE 03 - NORDESTE MEDICAL REPRESENTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, no valor de R\$ 78.133,32.

O valor total dos itens arrematados perfaz a quantia de R\$ 357.033,32.

Recife, 11 de março de 2026
CROMACIO JOSÉ DE FIGUEIRÊDO NETO
Presidente da CPL

SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MINAS GERAIS

AVISO DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO

EDITAL DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO PERMANENTE

1) O SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE/MG, no uso das atribuições que lhe confere o Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE - Resolução CDN no 493/2024, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará procedimento de PRÉ-QUALIFICAÇÃO PERMANENTE DE PAPEL HIGIÊNICO 250M - Edital no 001/2026, visando à pré-qualificação de Marcas de Papel Higiênico 250m, com intuito de selecionar marcas que atendam às especificações de qualidade exigidas no presente Edital, assegurando celeridade e eficiência nas futuras aquisições do SEBRAE/MG. 2) A futura licitação poderá ser restrita às marcas aprovadas neste procedimento. 3) O Edital contendo as exigências técnicas, regras de participação, critérios de análise das amostras, prazos e demais disposições estará disponível no portal eletrônico www.scf3.sebrae.com.br/portalcfc, a partir das 9h do dia 12/03/2026. 4) As amostras deverão ser entregues na Unidade Gestão de Contratações - UGC - Avenida Barão Homem de Melo, n.º 329, Bairro Nova Granada, Belo Horizonte/MG A/C Comissão Permanente de Licitação.

Belo Horizonte, 11 de março de 2026.
MAXWEL RODRIGUES MIRANDA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

